ReGeo ISSN: 2177-3246

DIREITO DO TRABALHO NO AGRONEGÓCIO: DIREITOS, DEVERES E PREVENÇÃO DE CONFLITOS

LABOR RELATIONS IN AGRIBUSINESS PRESENT CHALLENGES CONCERNING LEGAL PROTECTION, ECONOMIC INEQUALITIES, AND OCCUPATIONAL CONDITIONS

DERECHO DEL TRABAJO EN EL AGRONEGOCIO: DERECHOS, DEBERES Y PREVENCIÓN DE CONFLICTOS

https://doi.org/10.56238/revgeov17n11-071

Data de submissão: 14/10/2026 **Data de publicação:** 14/11/2026

Alcimar de Lima Marques Filho
Doutorando em Administração
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: alfilho@niltonlins.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3607-5285

Andreia Sabino Correia
Pósgraduada em Direito CIVIL
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: andreiasabino.adv@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-1176-7944

Angela Monteiro Simão
Mestre em Auditoria e Gestão Ambiental
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: asimao@niltonlins.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0009-7707-6971

Anna Cristhina Barbosa Massulo
Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: adv.crismassulo@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-4479-2545

Aylin Cynthia de Carvalho Lopes
Mestre em Sociedade e Cultura
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: aylin.lopes@uniniltonlins.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0001-9394-4961

Clarissa Morelatto Guimarães Arakian
Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: clarissamorelatto@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0008-2255-4967

ReGeo

ISSN: 2177-3246

Lena Marina Moreira Puga Barbosa
Doutoranda em Administração
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: lena.pug@uniniltonlins.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0009-0000-6415-5296

Lucas dos Santos Rocha
Pós-graduado Licitações e Contratos Administrativos
Instituição: Universidade Paulista
E-mail: lucasrocha.adv.am@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0004-4419-3673

Otávio Araújo Neto
Pósgraduado em Advogacia 4.0
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: otavio_1001@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0003-7409-8063

Silvya Karen de Carvalho Martins
Pós-graduada em Direito do Trabalho e Previdenciário
Instituição: Universidade Nilton LINS
E-mail: silvyakaren@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0002-0018-5693

RESUMO
As relações de trabalho no agronegócio apresentam problemas relacionados à proteção jurídica, às desigualdades econômicas e às condições ocupacionais. No Amazonas, a diversidade das atividades agrícolas, extrativistas e ribeirinhas acrescenta particularidades à análise. Questiona-se como a literatura científica aborda os direitos e deveres nas relações de trabalho do agronegócio, quais fatores estão associados aos conflitos trabalhistas e que medidas preventivas podem ser discutidas para a realidade amazonense. O objetivo foi analisar essas relações, identificar fatores de vulnerabilidade e sistematizar dimensões de prevenção de conflitos. Realizou-se uma revisão narrativa qualitativa da literatura, de caráter exploratório e descritivo, com análise temática de 12 artigos publicados entre 2014 e 2025. Os resultados apontam problemas relacionados às desigualdades remuneratórias, à precarização, aos riscos ocupacionais, às assimetrias de negociação e às violações de direitos. A análise também evidencia a necessidade de distinguir relações de emprego, trabalho autônomo e produção familiar. Como contribuição, foram sistematizadas cinco dimensões preventivas: proteção jurídica e contratual; saúde e segurança ocupacional; responsabilidade empresarial; equidade e proteção social; e adequação socioterritorial. Conclui-se que a prevenção de conflitos exige considerar conjuntamente obrigações legais, condições produtivas e vulnerabilidades sociais. A efetividade das dimensões propostas ainda requer avaliação empírica.

Palavras-chave: Agronegócio. Amazonas. Conflitos Trabalhistas. Direito do Trabalho. Prevenção de Conflitos.

ABSTRACT
Labor relations in agribusiness present challenges concerning legal protection, economic inequalities, and occupational conditions. In the state of Amazonas, the diversity of agricultural, extractive, and

riverine activities adds specific nuances to this analysis. This study examines how scientific literature addresses the rights and obligations within agribusiness labor relations, identifies factors associated with labor conflicts, and explores potential preventive measures tailored to the reality of the Amazon region. The objective was to analyze these relations, identify vulnerability factors, and systematize dimensions for conflict prevention. A qualitative, exploratory, and descriptive narrative literature review was conducted, involving a thematic analysis of 12 articles published between 2014 and 2025. The findings highlight issues related to wage inequality, precarious working conditions, occupational risks, power imbalances in negotiations, and the violation of rights. The analysis also underscores the necessity of distinguishing between formal employment, self-employment, and family-based production. As a contribution, five preventive dimensions were systematized: legal and contractual protection; occupational health and safety; corporate responsibility; equity and social protection; and socio-territorial suitability. It is concluded that conflict prevention requires an integrated approach that considers legal obligations, production conditions, and social vulnerabilities. The effectiveness of the proposed dimensions remains subject to empirical evaluation.

Keywords: Agribusiness. Amazonas. Labor Conflicts. Labor Law. Conflict Prevention.

RESUMEN

Las relaciones laborales en el agronegocio presentan problemas relacionados con la protección jurídica, las desigualdades económicas y las condiciones ocupacionales. En Amazonas, la diversidad de las actividades agrícolas, extractivistas y ribereñas añade particularidades al análisis. Se cuestiona cómo la literatura científica aborda los derechos y deberes en las relaciones laborales del agronegocio, qué factores están asociados a los conflictos laborales y qué medidas preventivas pueden ser discutidas para la realidad amazónica. El objetivo fue analizar esas relaciones, identificar factores de vulnerabilidad y sistematizar dimensiones de prevención de conflictos. Se realizó una revisión narrativa cualitativa de la literatura, de carácter exploratorio y descriptivo, con análisis temático de 12 artículos publicados entre 2014 y 2025. Los resultados señalan problemas relacionados con las desigualdades remuneratorias, la precarización, los riesgos ocupacionales, las asimetrías de negociación y las violaciones de derechos. El análisis también evidencia la necesidad de distinguir relaciones de empleo, trabajo autónomo y producción familiar. Como contribución, se sistematizaron cinco dimensiones preventivas: protección jurídica y contractual; salud y seguridad ocupacional; responsabilidad empresarial; equidad y protección social; y adecuación socioterritorial. Se concluye que la prevención de conflictos exige considerar conjuntamente obligaciones legales, condiciones productivas y vulnerabilidades sociales. La efectividad de las dimensiones propuestas aún requiere evaluación empírica.

Palabras clave: Agronegocio. Amazonas. Conflictos Laborales. Derecho del Trabajo. Prevención de Conflictos.

1 INTRODUÇÃO

A modernização do agronegócio brasileiro modificou a organização da produção, as exigências profissionais e as relações entre empregadores e trabalhadores. A incorporação de tecnologias, a reorganização das cadeias produtivas e as mudanças na legislação trabalhista ocorreram em um setor que ainda apresenta desigualdades econômicas e dificuldades de proteção laboral. Picolotto (2024), discute essa contradição ao examinar o trabalho rural diante das reformas trabalhistas, destacando tensões entre a expansão econômica do agronegócio e as condições de inserção dos trabalhadores.

A proteção jurídica do trabalho rural brasileiro possui marcos relevantes na Lei n.º 5.889/1973 e na Constituição Federal de 1988, que assegurou direitos fundamentais aos trabalhadores rurais. Concomitantemente, a Lei n.º 13.467/2017 acrescentou mudanças ao ambiente das relações trabalhistas, ampliando o debate sobre contratação, negociação e garantias laborais. Essas transformações exigem atenção às particularidades das atividades rurais, pois a natureza do vínculo de trabalho interfere diretamente na definição das obrigações legais aplicáveis (Picolotto, 2024; Cavalcante, 2025).

Os conflitos trabalhistas no agronegócio podem envolver remuneração, jornada, condições de contratação, segurança ocupacional e representação coletiva. Cavalcante (2025), ao examinar greves e ações de resistência no campo brasileiro, contribui para compreender as disputas relacionadas às condições laborais e à organização dos trabalhadores. Essas manifestações representam uma dimensão dos conflitos, mas não abrangem necessariamente todas as situações de vulnerabilidade existentes nas atividades rurais.

Diante deste cenário, percebe-se que as condições de saúde e segurança também integram esse debate. Isto porque pesquisas sobre trabalhadores rurais relacionam a organização das atividades produtivas às condições de saúde, à qualidade de vida e à exposição a riscos ocupacionais. Adicionalmente, a literatura discute problemas associados às cargas de trabalho, à precarização e à utilização de agrotóxicos (Oliveira *et al.*, 2021; Pontes; Silva; Silva, 2023; Abreu; Alonzo, 2014).

No Amazonas, a análise das relações de trabalho precisa considerar atividades agrícolas, extrativistas e ribeirinhas, organizadas sob diferentes modalidades de participação econômica. Maciel, Moraes e Nina (2023), examinam a dimensão subjetiva do trabalho em uma comunidade rural amazonense, enquanto que Veiga *et al.* (2017), discutem saúde e segurança em atividades extrativistas amazônicas, com pesquisa de campo realizada no Pará. Esses estudos, em sentido conjunto, ajudam a compreender o trabalho em suas condições sociais e territoriais, sem generalizar seus resultados para todo o estado.

As desigualdades econômicas e de gênero acrescentam outras dimensões à problemática. Wendhausen *et al.* (2023), investigam diferenças salariais entre trabalhadores rurais e urbanos do Amazonas e do Pará. Enquanto que, Beserra, Hennington e Pignatti (2023) discutem condições de trabalho e saúde das mulheres rurais, e Torres (2019) aborda o trabalho das agricultoras amazônicas sob a perspectiva dos direitos humanos. Neste contexto, essas contribuições permitem examinar diferenças de remuneração, reconhecimento econômico e proteção social, sem equiparar automaticamente desigualdades observadas a infrações trabalhistas.

A responsabilidade empresarial também merece atenção. Mascarenhas, Dias e Baptista (2015) discutem a escravidão contemporânea como prática de gestão, e Silva (2019) examina seu conceito e enfrentamento em perspectiva histórico-jurídica. Essas abordagens mostram a relevância das estruturas organizacionais e da atuação institucional para compreender violações graves de direitos.

Embora os estudos selecionados abordem diferentes aspectos das relações laborais, sua articulação ainda oferece espaço para uma análise integrada dos direitos e deveres, dos fatores associados aos conflitos e das possibilidades de prevenção nas atividades produtivas amazonenses. Essa lacuna é identificada no corpus examinado e não representa uma afirmação de inexistência de outras pesquisas sobre o tema.

Diante disso, estabelece-se o seguinte problema de pesquisa: como a literatura científica aborda os direitos e deveres nas relações de trabalho do agronegócio brasileiro, quais fatores estão associados aos conflitos trabalhistas e que dimensões preventivas podem ser identificadas para as particularidades produtivas e socioeconômicas do Amazonas?

O objetivo geral consiste em analisar, por meio de revisão da literatura, os direitos e deveres nas relações de trabalho do agronegócio brasileiro, identificando fatores associados aos conflitos trabalhistas e discutindo possibilidades de prevenção aplicáveis ao Amazonas. Especificamente, busca-se: (i) examinar os direitos e deveres associados às diferentes modalidades de trabalho rural; (ii) identificar fatores relacionados aos conflitos, às desigualdades socioeconômicas, à precarização e aos riscos ocupacionais; e (iii) sistematizar dimensões preventivas adequadas à discussão das atividades agrícolas, agroindustriais e extrativistas amazonenses.

Adota-se como hipótese teórica orientadora que a prevenção de conflitos trabalhistas demanda a articulação entre proteção jurídica e contratual, saúde e segurança ocupacional, responsabilidade empresarial, equidade e proteção social e adequação socioterritorial. Por se tratar de uma revisão narrativa, a hipótese será examinada conceitualmente, sem pretensão de comprovação causal.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de aproximar a discussão jurídico-trabalhista das particularidades das atividades rurais amazônicas. Sua contribuição consiste em reunir conhecimentos

produzidos em diferentes áreas e sistematizar dimensões que possam orientar pesquisas empíricas e iniciativas de prevenção, respeitando os limites das evidências disponíveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 RELAÇÕES DE TRABALHO NO AGRONEGÓCIO E PROTEÇÃO JURÍDICA

As relações de trabalho no agronegócio brasileiro refletem transformações econômicas e institucionais que interferem nas condições de contratação, remuneração e representação dos trabalhadores. Picolotto (2024), examina o trabalho rural no contexto das reformas trabalhistas, discutindo as tensões entre a relevância econômica do setor e as condições de proteção laboral. Sua contribuição permite compreender que crescimento produtivo e efetividade dos direitos trabalhistas constituem dimensões distintas.

Já a proteção jurídica depende da natureza da relação de trabalho e das condições em que as atividades são executadas. Uma vez que o emprego assalariado, o trabalho autônomo e a produção familiar apresentam características jurídicas próprias, não sendo adequado aplicar indistintamente as mesmas obrigações a todas essas modalidades. A literatura reforça a necessidade de considerar a diversidade dos vínculos e dos processos produtivos (Picolotto, 2024; Oliveira *et al.*, 2021).

Acrescenta-se, que Cavalcante (2025) analisa greves e ações de resistência no campo brasileiro, contribuindo para compreender os conflitos coletivos como manifestações de disputas relacionadas às condições de trabalho. A abordagem demonstra a relevância da organização dos trabalhadores e dos mecanismos de reivindicação na discussão sobre proteção laboral.

2.2 DESIGUALDADES REMUNERATÓRIAS NO TRABALHO RURAL AMAZONENSE

As diferenças de remuneração constituem uma dimensão importante das desigualdades econômicas no meio rural. Wendhausen *et al.* (2023), investigam os diferenciais salariais entre trabalhadores rurais e urbanos dos estados do Amazonas e do Pará, utilizando dados de 2011, 2013 e 2015. O estudo oferece uma referência territorial relevante para compreender a distribuição dos rendimentos entre segmentos ocupacionais.

A análise dessas diferenças requer considerar escolaridade, experiência, composição das atividades econômicas e características individuais dos trabalhadores. Entretanto, desigualdades remuneratórias não representam, por si só, evidência de descumprimento da legislação trabalhista, sendo necessário examinar as circunstâncias contratuais e econômicas envolvidas (Wendhausen *et al.*, 2023).

No Amazonas, essa discussão é relevante porque as atividades rurais apresentam estruturas produtivas distintas. A interpretação das desigualdades salariais exige reconhecer essas diferenças e evitar generalizações sobre todos os trabalhadores do agronegócio regional.

2.3 TRABALHO FEMININO E PROTEÇÃO SOCIAL NAS ATIVIDADES RURAIS

As condições de trabalho das mulheres rurais envolvem desigualdades relacionadas à participação econômica, à organização das atividades produtivas e ao reconhecimento das tarefas desempenhadas. Uma vez que, Beserra, Hennington e Pignatti (2023) analisam, por meio de revisão integrativa de 43 estudos, condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais, considerando diferentes formas de inserção produtiva.

A sobreposição entre atividades remuneradas e responsabilidades domésticas pode ampliar a carga de trabalho e interferir nas condições de saúde e autonomia econômica das mulheres (Beserra; Hennington; Pignatti, 2023).

Torres (2019), aborda o trabalho de agricultoras familiares de uma comunidade de Parintins, Amazonas, a partir dos direitos humanos, destacando a importância do reconhecimento social e econômico das atividades femininas. O estudo possui alcance local e não representa a totalidade das agricultoras do estado.

A análise conjunta demonstra que a proteção das trabalhadoras rurais exige distinguir relações de emprego, atividades autônomas e trabalho familiar, evitando conclusões jurídicas incompatíveis com as condições concretas de participação produtiva.

2.4 TRABALHO RIBEIRINHO, EXTRATIVISMO E PARTICULARIDADES AMAZÔNICAS

O trabalho rural amazonense apresenta características relacionadas às condições territoriais, à organização comunitária e à diversidade das atividades produtivas. Maciel, Moraes e Nina (2023) examinam a dimensão subjetiva do trabalho de dez trabalhadores ribeirinhos em uma comunidade de Anori, no Amazonas, contribuindo para compreender a relação entre experiências laborais e organização social.

As atividades ribeirinhas e extrativistas podem apresentar condições distintas daquelas observadas na agricultura empresarial. Visto que, a análise das relações produtivas exige considerar os ambientes de trabalho, os instrumentos utilizados e as formas de participação econômica (Maciel; Moraes; Nina, 2023; Veiga *et al.*, 2017).

Veiga *et al.* (2017), discutem padrões de saúde e segurança em atividades extrativistas de comunidades rurais amazônicas, com pesquisa em municípios do Pará. Dado que a pesquisa oferece

elementos para compreender a necessidade de medidas preventivas relacionadas aos riscos específicos dessas atividades, sem fornecer dados empíricos diretos sobre o Amazonas.

2.5 CONFLITOS TRABALHISTAS E ORGANIZAÇÃO COLETIVA

Os conflitos trabalhistas no meio rural envolvem disputas relacionadas às condições de trabalho, à remuneração e à representação dos trabalhadores. Nota-se que Cavalcante (2025), examina greves e ações de resistência no campo brasileiro entre 2000 e 2022, oferecendo uma perspectiva histórica sobre reivindicações coletivas, reconhecendo limitações dos sistemas de registro.

A ocorrência de conflitos formalizados representa apenas uma parte das tensões existentes nas relações produtivas. Diante disso, situações de vulnerabilidade podem permanecer sem registro institucional, especialmente quando os trabalhadores enfrentam dificuldades de representação ou negociação (Cavalcante, 2025; Picolotto, 2024).

Por conseguinte, a prevenção de conflitos exige identificar problemas nas condições de contratação e trabalho antes que resultem em controvérsias formalizadas. Trata-se de uma implicação analítica da literatura, cuja eficácia depende de avaliação empírica específica.

2.6 SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

De acordo com Oliveira *et al.* (2021), as condições de saúde e segurança constituem uma dimensão central da proteção dos trabalhadores rurais, além disso, investigam condições de trabalho e qualidade de vida em amostra de 299 trabalhadores do agronegócio da soja, oferecendo elementos para compreender a relação entre organização produtiva e bem-estar.

Assim, a precarização das condições laborais e as cargas de trabalho podem ampliar situações de desgaste ocupacional. Contatou-se que a literatura sobre trabalhadores da fruticultura no semiárido nordestino apresenta contribuições para analisar esses fatores, embora seus resultados não possam ser automaticamente generalizados para o Amazonas (Pontes; Silva; Silva, 2023).

Os autores Abreu e Alonzo (2014), discutem os riscos à saúde relacionados ao uso de agrotóxicos e problematizam os limites de abordagens preventivas centradas exclusivamente na utilização segura desses produtos. Desse modo, a contribuição permite compreender a importância das condições efetivas de exposição e dos mecanismos organizacionais de proteção.

Já nas atividades extrativistas amazônicas, os riscos ocupacionais apresentam características relacionadas aos ambientes e processos de trabalho, como discutido por Veiga *et al.* (2017) no Pará. Em razão de as condições de trabalho das mulheres rurais também exigem atenção à sobrecarga e às vulnerabilidades ocupacionais (Beserra; Hennington; Pignatti, 2023).

2.7 EXPLORAÇÃO LABORAL E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

A responsabilidade empresarial envolve as condições de contratação, organização e execução das atividades produtivas. Observou-se que Mascarenhas, Dias e Baptista (2015) discutem a escravidão contemporânea como prática de gestão, examinando a relação entre estruturas organizacionais e exploração do trabalho.

Dessa forma, a existência formal de contratos não demonstra, isoladamente, o cumprimento das obrigações trabalhistas, isto porque a avaliação das condições laborais exige considerar a organização das atividades e os mecanismos de proteção existentes nas relações produtivas (Mascarenhas; Dias; Baptista, 2015).

Dessa maneira, Silva (2019), examina o conceito de trabalho escravo contemporâneo e seu enfrentamento a partir de uma perspectiva histórico-jurídica. Como resultado o estudo contribui para compreender a importância da atuação institucional e social na identificação e no enfrentamento de violações graves de direitos.

A articulação dessas abordagens indica que a prevenção de violações exige atenção às práticas empresariais, às condições de trabalho e aos mecanismos de fiscalização e denúncia, sem presumir a ocorrência generalizada de exploração laboral nas cadeias produtivas amazonenses.

2.8 PREVENÇÃO DE CONFLITOS NO AGRONEGÓCIO AMAZONENSE

A prevenção de conflitos trabalhistas envolve dimensões contratuais, ocupacionais, organizacionais e sociais. A literatura sobre relações de trabalho rural demonstra a importância de examinar as condições de contratação, as desigualdades de negociação e os mecanismos de proteção disponíveis (Picolotto, 2024; Cavalcante, 2025).

As condições de saúde e segurança precisam integrar estratégias preventivas. A literatura sobre qualidade de vida, cargas de trabalho, exposição a agrotóxicos e segurança no extrativismo permite identificar fatores que merecem acompanhamento nas atividades rurais (Oliveira *et al.*, 2021; Pontes; Silva; Silva, 2023; Abreu; Alonzo, 2014; Veiga *et al.*, 2017).

O reconhecimento das desigualdades de gênero e das particularidades comunitárias amplia a análise preventiva (Torres, 2019; Beserra; Hennington; Pignatti, 2023; Maciel; Moraes; Nina, 2023). A responsabilidade empresarial completa essa abordagem ao incorporar práticas de gestão e identificação de violações (Mascarenhas; Dias; Baptista, 2015; Silva, 2019).

2.9 SÍNTESE TEÓRICA E LACUNA DE PESQUISA

Os estudos selecionados apresentam contribuições para compreender direitos trabalhistas, desigualdades econômicas, condições ocupacionais, conflitos coletivos e responsabilidade empresarial. Entretanto, seus objetivos e contextos de investigação são distintos, o que exige cautela na comparação dos resultados.

As pesquisas sobre o Amazonas e a Amazônia oferecem elementos relevantes para compreender trabalho ribeirinho, extrativismo, desigualdades remuneratórias e participação feminina. Ainda assim, não permitem caracterizar de maneira abrangente todas as relações laborais existentes no agronegócio amazonense (Wendhausen *et al.*, 2023; Maciel; Moraes; Nina, 2023; Torres, 2019; Veiga *et al.*, 2017).

A lacuna identificada no corpus consiste na limitada integração entre proteção jurídica, fatores associados aos conflitos e mecanismos preventivos adaptados às particularidades produtivas do Amazonas. A revisão busca contribuir para essa articulação, sem afirmar que a literatura existente tenha sido examinada de maneira exaustiva.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa consiste em uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e finalidade exploratória e descritiva. Seu objetivo é examinar as relações entre direitos e deveres trabalhistas, condições de trabalho, conflitos laborais e possibilidades de prevenção no agronegócio brasileiro, com atenção às particularidades produtivas e sociais do Amazonas.

O corpus de análise foi composto por 12 artigos científicos publicados entre 2014 e 2025, identificados em levantamento bibliográfico dirigido e selecionados por sua pertinência ao problema de pesquisa. As publicações contemplam relações de trabalho rural, desigualdades remuneratórias, saúde e segurança ocupacional, conflitos coletivos, exploração laboral, trabalho feminino e atividades produtivas amazônicas.

A seleção considerou a identificação bibliográfica dos estudos, sua relação temática com os objetivos da investigação e a possibilidade de localizar os registros editoriais correspondentes. Não foi executado ou preservado um protocolo completo de busca sistemática, com estratégias reproduzíveis, contagem de registros recuperados e documentação das exclusões. Por esse motivo, não se atribui ao corpus caráter exaustivo ou representatividade estatística da produção científica existente.

Os artigos foram organizados segundo seus objetos, contextos territoriais, abordagens metodológicas e contribuições temáticas. A análise foi estruturada em cinco eixos: proteção jurídica e contratual; saúde e segurança ocupacional; responsabilidade empresarial; equidade e proteção social;

e adequação socioterritorial. Eixos esses que orientaram a comparação interpretativa das publicações e a construção da síntese apresentada nos resultados.

As evidências provenientes de estudos realizados fora do Amazonas foram utilizadas para discutir questões gerais das relações de trabalho rural, sem serem tratadas como demonstrações empíricas da realidade amazonense. As pesquisas desenvolvidas no Amazonas e em outros territórios amazônicos foram diferenciadas quanto à sua abrangência geográfica, população investigada e possibilidade de transferência das conclusões.

Não foram coletados dados primários nem realizados testes de hipóteses, metanálise e/ou avaliação empírica da eficácia de medidas preventivas. As cinco dimensões apresentadas constituem uma proposição analítica derivada da literatura, cuja validade e utilidade prática deverão ser examinadas em pesquisas posteriores.

Em conformidade com o art. 9º, inciso I, alínea c, da Portaria CNPq n.º 2.664, de 6 de março de 2026, declara-se o emprego de inteligência artificial generativa exclusivamente como ferramenta auxiliar de revisão linguística, destinada ao aprimoramento da coesão e da coerência textual do manuscrito. A ferramenta utilizada foi o ChatGPT (OpenAI), sem atribuição de autoria científica. Conforme declaração dos autores, seu uso não abrangeu geração e/ou análise de dados, seleção autônoma de fontes, formulação das proposições teóricas, interpretação dos achados ou elaboração das conclusões. A responsabilidade pela integridade, verificação das referências, conteúdo científico e versão final permanece integralmente com os autores (CNPq, 2026).

Constituem limitações do estudo o número restrito de artigos, a ausência de protocolo de busca sistemática integralmente documentado, a heterogeneidade dos métodos empregados nas pesquisas selecionadas e a participação de estudos realizados fora do Amazonas. Tais condições restringem a abrangência das conclusões e impedem generalizações sobre a totalidade das relações de trabalho do agronegócio amazonense.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 PROTEÇÃO JURÍDICA E CONDIÇÕES DE TRABALHO NO AGRONEGÓCIO

A análise dos estudos evidencia que a proteção trabalhista no agronegócio envolve uma tensão entre a organização econômica da produção e as condições de inserção dos trabalhadores. Por causa de Picolotto (2024) que discute essa relação no contexto das reformas trabalhistas, demonstrando a importância de examinar os mecanismos de proteção diante das transformações produtivas e institucionais.

As condições concretas de trabalho também interferem na efetividade da proteção laboral. Já que a organização das tarefas, as exigências físicas e os riscos ocupacionais constituem fatores relevantes para compreender as vulnerabilidades dos trabalhadores rurais (Oliveira *et al.*, 2021; Pontes; Silva; Silva, 2023).

Já Cavalcante (2025), ao analisar greves e ações de resistência no campo, acrescenta a dimensão coletiva à discussão. Estas reivindicações trabalhistas permitem observar conflitos relacionados às condições de trabalho e às relações entre trabalhadores e agentes econômicos. Entretanto, a ausência de mobilizações formalizadas não significa necessariamente inexistência de vulnerabilidades.

Para o Amazonas, o principal resultado interpretativo desse eixo consiste na necessidade de distinguir as modalidades de trabalho existentes nas atividades agrícolas, agroindustriais e extrativistas. Essa diferenciação é indispensável para identificar os direitos e deveres aplicáveis.

4.2 DESIGUALDADES ECONÔMICAS E VULNERABILIDADES SOCIAIS

As diferenças remuneratórias representam uma dimensão relevante das condições de inserção econômica dos trabalhadores. Wendhausen *et al.* (2023), investigam os diferenciais salariais entre trabalhadores rurais e urbanos do Amazonas e do Pará, oferecendo elementos para compreender desigualdades relacionadas às características individuais e ocupacionais.

Esses resultados exigem interpretação cuidadosa. Diferenças salariais podem estar associadas a fatores econômicos e à composição dos segmentos produtivos, não constituindo automaticamente evidência de discriminação ou descumprimento da legislação (Wendhausen *et al.*, 2023).

Oa autores Beserra, Hennington e Pignatti (2023), ampliam a discussão ao examinar as condições de trabalho e saúde das mulheres rurais. No contexto amazônico, o trabalho feminino apresenta particularidades relacionadas à participação na produção familiar e ao reconhecimento econômico das atividades desempenhadas (Torres, 2019; BeserrA; Hennington; Pignatti, 2023).

A articulação dos estudos demonstra que as desigualdades econômicas e de gênero constituem dimensões relevantes da vulnerabilidade laboral. Entretanto, o corpus não permite estabelecer sua relação causal com a ocorrência de conflitos trabalhistas no Amazonas.

4.3 RISCOS OCUPACIONAIS E PARTICULARIDADES DAS ATIVIDADES AMAZÔNICAS

A saúde e a segurança ocupacional constituem uma dimensão importante das condições de trabalho rural. Dado que, Oliveira *et al.* (2021), examinam as repercussões dessas condições na qualidade de vida dos trabalhadores, contribuindo para compreender a relação entre organização produtiva e bem-estar.

As cargas de trabalho e as condições de execução das tarefas também são relevantes para a análise da precarização. A literatura sobre trabalhadores do agronegócio no semiárido nordestino oferece elementos para discutir esses fatores, embora seus resultados não possam ser diretamente transferidos para as atividades amazonenses (Pontes; Silva; Silva, 2023).

Abreu e Alonzo (2014), problematizam a abordagem da utilização segura de agrotóxicos, contribuindo para compreender os limites das medidas preventivas centradas exclusivamente na conduta individual.

No extrativismo amazônico, as características das atividades produtivas exigem atenção específica aos riscos ocupacionais. Os processos de coleta e as condições ambientais diferem daqueles observados em outras modalidades de produção agrícola, tornando necessária uma análise compatível com a realidade do trabalho realizado (Veiga *et al.*, 2017).

Maciel, Moraes e Nina (2023) acrescentam a dimensão subjetiva do trabalho ribeirinho amazonense. Sua contribuição permite compreender que as experiências laborais também são influenciadas pelas relações comunitárias e territoriais.

A síntese desse eixo indica que medidas de prevenção precisam considerar os riscos específicos das atividades e as condições concretas de sua execução. O corpus, contudo, não oferece evidências suficientes para avaliar a eficácia de procedimentos preventivos no conjunto das cadeias produtivas do Amazonas.

4.4 CONFLITOS COLETIVOS, EXPLORAÇÃO LABORAL E RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL

Os conflitos trabalhistas no agronegócio estão associados a disputas envolvendo condições de trabalho, remuneração e representação coletiva. Cavalcante (2025), examina greves e ações de resistência no campo brasileiro, oferecendo elementos para compreender as reivindicações dos trabalhadores e sua inserção nas relações produtivas.

As mudanças institucionais e as assimetrias de negociação também integram essa discussão. A literatura sobre reformas trabalhistas indica a importância de examinar como a organização das relações laborais interfere nos mecanismos de proteção e representação dos trabalhadores (Picolotto, 2024).

Mascarenhas, Dias e Baptista (2015) discutem a escravidão contemporânea como prática de gestão, contribuindo para compreender a relação entre decisões organizacionais e situações graves de exploração laboral. Essa perspectiva amplia a análise da responsabilidade empresarial para além do cumprimento documental de obrigações.

A proteção dos trabalhadores também depende de mecanismos capazes de identificar e enfrentar violações de direitos. A abordagem histórico-jurídica sobre o trabalho escravo contemporâneo evidencia a relevância da atuação institucional e social nesse processo (Silva, 2019).

A articulação dessas contribuições permite compreender que a responsabilidade empresarial envolve as condições efetivas de trabalho e as práticas de gestão adotadas nas relações produtivas. Para o Amazonas, essa interpretação oferece fundamentos para examinar riscos de violação de direitos, sem presumir sua ocorrência generalizada nas atividades locais.

4.5 DIMENSÕES PREVENTIVAS APLICÁVEIS À ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO AMAZONENSE

A síntese dos estudos permitiu organizar cinco dimensões preventivas relacionadas às vulnerabilidades identificadas na literatura. Essas dimensões não constituem um modelo validado, mas uma proposta de sistematização que poderá orientar investigações posteriores.

Quadro 1. Dimensões analíticas de prevenção de conflitos trabalhistas.

DIMENSÃO	ASPECTOS CONSIDERADOS	ESTUDOS RELACIONADOS
Proteção jurídica e contratual	Vínculo, contratação, remuneração e representação	Picolotto (2024); Cavalcante (2025)
Saúde e segurança ocupacional	Condições laborais, exposição a riscos e proteção ocupacional	Oliveira et al. (2021); Pontes et al. (2023); Abreu e Alonzo (2014); Veiga et al. (2017)
Responsabilidade empresarial	Práticas de gestão e prevenção de violações	Mascarenhas et al. (2015); Silva (2019)
Equidade e proteção social	Desigualdades remuneratórias, gênero e reconhecimento econômico	Wendhausen et al. (2023); Beserra et al. (2023); Torres (2019)
Adequação socioterritorial	Extrativismo, trabalho ribeirinho e particularidades comunitárias	Maciel et al. (2023); Veiga et al. (2017); Torres (2019)

Fonte: Elaboração Própria dos Autores, 2026.

As dimensões são complementares. Uma mesma situação pode envolver problemas contratuais, riscos ocupacionais e vulnerabilidades sociais, exigindo análise conjunta. Entretanto, sua aplicação não permite presumir resultados preventivos sem avaliação empírica. A contribuição da proposta está em reunir perspectivas abordadas separadamente na literatura e organizá-las em uma estrutura coerente com o problema de pesquisa.

4.6 DISCUSSÃO INTEGRADA E LACUNA CIENTÍFICA

A análise dos 12 estudos demonstra que as relações de trabalho no agronegócio envolvem problemas de natureza distinta, mas frequentemente relacionados. As pesquisas sobre reformas trabalhistas e conflitos coletivos contribuem para compreender os mecanismos de proteção e

reivindicação, enquanto os estudos sobre saúde ocupacional, desigualdades econômicas e exploração laboral ampliam a análise das vulnerabilidades existentes nas atividades produtivas.

As publicações referentes ao Amazonas e à Amazônia oferecem contribuições específicas sobre remuneração, trabalho ribeirinho, participação feminina e segurança no extrativismo. Entretanto, seus diferentes objetos de investigação não permitem caracterizar de maneira abrangente todas as relações trabalhistas do agronegócio amazonense (Wendhausen *et al.*, 2023; Maciel; Moraes; Nina, 2023; Torres, 2019; Veiga *et al.*, 2017).

A literatura sobre saúde ocupacional evidencia a necessidade de considerar condições de trabalho e exposição a riscos, mas não apresenta, no corpus examinado, avaliação integrada de mecanismos preventivos especificamente direcionados ao Amazonas (Oliveira *et al.*, 2021; Pontes; Silva; Silva, 2023; Cavalcante, 2025; Mascarenhas; Dias; Baptista, 2015).

A lacuna identificada refere-se à limitada integração entre direitos e deveres trabalhistas, fatores associados aos conflitos e dimensões preventivas adaptadas às particularidades produtivas amazonenses. Essa constatação está restrita ao corpus inicial e depende de confirmação por levantamento bibliográfico mais amplo.

A principal contribuição do estudo consiste na sistematização de cinco dimensões analíticas que podem orientar a investigação dessas relações. A proposta não estabelece relações causais nem comprova a eficácia de medidas preventivas, mas oferece uma estrutura conceitual para pesquisas posteriores.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo analisar, por meio de revisão narrativa da literatura, os direitos e deveres nas relações de trabalho do agronegócio brasileiro, identificar fatores associados aos conflitos trabalhistas e discutir possibilidades de prevenção aplicáveis às particularidades do Amazonas. A análise dos 12 artigos selecionados demonstrou que a proteção laboral envolve condições jurídicas, econômicas, sociais e ocupacionais, cuja interpretação depende das modalidades de trabalho e das características das atividades produtivas.

Quanto ao primeiro objetivo específico, verificou-se que a diversidade das relações produtivas exige distinguir emprego assalariado, trabalho autônomo e produção familiar. Essa diferenciação é necessária para identificar os direitos e deveres aplicáveis e evitar generalizações jurídicas sobre atividades que apresentam formas distintas de organização.

Em relação ao segundo objetivo específico, foram identificados fatores associados às vulnerabilidades laborais, incluindo desigualdades remuneratórias, precarização, riscos ocupacionais,

assimetrias de negociação e problemas relacionados ao reconhecimento do trabalho feminino. A literatura também aborda conflitos coletivos e violações graves de direitos. Entretanto, a presença desses fatores não comprova, isoladamente, a ocorrência de infrações trabalhistas ou conflitos formalizados no Amazonas.

O terceiro objetivo específico foi contemplado pela sistematização de cinco dimensões preventivas: proteção jurídica e contratual; saúde e segurança ocupacional; responsabilidade empresarial; equidade e proteção social; e adequação socioterritorial. Essa organização constitui a principal contribuição analítica do estudo, ao aproximar perspectivas que aparecem separadamente nas publicações examinadas. As dimensões propostas não representam um modelo empiricamente validado e sua efetividade permanece sujeita a investigação.

O recorte amazonense evidenciou a necessidade de considerar as particularidades das atividades agrícolas, extrativistas e ribeirinhas. As condições territoriais, os processos produtivos e as diferentes modalidades de participação econômica impedem que a realidade regional seja interpretada exclusivamente a partir de modelos associados à agricultura empresarial. A literatura selecionada oferece fundamentos para essa distinção, mas não permite caracterizar integralmente o mercado de trabalho rural do estado.

A principal limitação da pesquisa consiste no corpus restrito de 12 artigos, reunidos em levantamento bibliográfico inicial sem documentação completa de um processo sistemático de busca e seleção. A heterogeneidade dos estudos e a presença de pesquisas realizadas em outras regiões brasileiras também restringem a generalização dos resultados. Além disso, a natureza bibliográfica da investigação não permite avaliar a eficácia das dimensões preventivas propostas.

Para pesquisas futuras, recomenda-se realizar estudos empíricos com trabalhadores, empregadores, representantes sindicais e instituições de proteção trabalhista no Amazonas. Investigações comparativas entre atividades agrícolas, agroindustriais e extrativistas poderão contribuir para identificar diferenças nas condições de contratação, remuneração e segurança ocupacional. Também se sugere desenvolver e avaliar instrumentos de diagnóstico preventivo baseados nas cinco dimensões sistematizadas, utilizando indicadores que permitam examinar sua aplicação e seus resultados.

Conclui-se que a prevenção de conflitos trabalhistas no agronegócio amazonense exige considerar conjuntamente a natureza jurídica das relações produtivas, as condições de trabalho e as vulnerabilidades sociais. A contribuição desta revisão consiste em organizar essas dimensões em uma estrutura analítica aplicável a pesquisas posteriores. A avaliação de sua utilidade prática dependerá de

estudos capazes de examinar as condições efetivas das atividades produtivas e os resultados dos mecanismos preventivos.

REFERÊNCIAS

ABREU, Pedro Henrique Barbosa de; ALONZO, Herling Gregorio Aguilar. Trabalho rural e riscos à saúde: uma revisão sobre o "uso seguro" de agrotóxicos no Brasil. Ciência & Saúde Coletiva, v. 19, n. 10, p. 4197-4208, 2014. DOI: https://doi.org/10.1590/1413-812320141910.09342014.

BESERRA, Lucimara; HENNINGTON, Élida Azevedo; PIGNATTI, Marta Gislene. Condições de trabalho e saúde de trabalhadoras rurais: uma revisão integrativa. Saúde em Debate, v. 47, n. 137, p. 298-315, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104202313721.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973. Estatui normas reguladoras do trabalho rural. Brasília, DF, 1973.

BRASIL. Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho e outras leis. Brasília, DF, 2017.

CAVALCANTE, Júlia Carla Duarte. Conflitos trabalhistas e superexploração do trabalho rural no capitalismo dependente brasileiro: um levantamento das greves e ações de resistência no campo entre 2000 e 2022. Revista NERA, v. 28, n. 2, 2025. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-675520252810835.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Portaria CNPq nº 2.664, de 6 de março de 2026. Institui a Política de Integridade na Atividade Científica. Brasília, DF: CNPq, 2026. Disponível em: https://www.gov.br/cnpq/pt-br/composicao/comissao-de-integridade/diretrizes. Acesso em: 8 out. 2026.

MACIEL, Josiane da Silva; MORAES, Rosângela Dutra de; NINA, Socorro de Fátima Moraes. Dimensão subjetiva do trabalho de ribeirinhos em uma comunidade rural do Amazonas. Trabalho (En)Cena, v. 8, e023003, 2023. DOI: https://doi.org/10.20873/2526-1487e023003.

MASCARENHAS, André Ofenhejm; DIAS, Sylmara Lopes Gonçalves; BAPTISTA, Rodrigo Martins. Elementos para discussão da escravidão contemporânea como prática de gestão. Revista de Administração de Empresas, v. 55, n. 2, p. 175-187, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/S0034-759020150207.

OLIVEIRA, Jeane Cristina Anschau Xavier de *et al.* As condições de trabalho e suas repercussões na qualidade de vida de trabalhadores rurais. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 55, e20200408, 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/1980-220X-REEUSP-2020-0408.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Gigante com pés de barro: o trabalho rural como elo frágil do agronegócio em tempos de reformas trabalhistas. Dados — Revista de Ciências Sociais, v. 67, n. 3, e20210247, 2024. DOI: https://doi.org/10.1590/dados.2024.67.3.326.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo; SILVA, Raiane Torres da; SILVA, Jennifer do Vale e. Cargas de trabalho, precarização e Saúde do Trabalhador no agronegócio no semiárido do Nordeste brasileiro. Saúde em Debate, v. 47, n. 139, p. 729-745, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-1104202313901.

SILVA, Moisés Pereira. O trabalho escravo contemporâneo: conceito e enfrentamento à luz do trabalho jurídico e pastoral do frei Henri Burin des Roziers. Estudos Históricos, v. 32, n. 66, p. 329-346, 2019. DOI: https://doi.org/10.1590/S2178-149420190001000016.

TORRES, Iraildes Caldas. O trabalho das agricultoras da Amazônia: um olhar para os direitos humanos. Revista Saberes da Amazônia, v. 4, n. 9, 2019. DOI: https://doi.org/10.31517/rsa.v4i9.339.

VEIGA, João Paulo Cândia *et al.* Padrões de saúde e segurança no trabalho e extrativismo: o caso de comunidades rurais da Amazônia brasileira. Saúde e Sociedade, v. 26, n. 3, p. 774-785, 2017. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902017166075.

WENDHAUSEN, Enimar Jerônimo; BRASIL, Marília Carvalho; ALVES, Frederick Fagundes; SOUSA, Lucas Vitor de Carvalho. Diferenças salariais dos trabalhadores rurais e urbanos dos estados do Amazonas e Pará. Nova Economia, v. 33, n. 3, p. 659-688, 2023. DOI: https://doi.org/10.1590/0103-6351/7687.